



Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG)

JULIANA DE SOUZA RODRIGUES

**USO DE FONTES INFORMACIONAIS NA ÁREA JURÍDICA EM INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO PRELIMINAR.**

Rio de Janeiro
2014

JULIANA DE SOUZA RODRIGUES

**USO DE FONTES INFORMACIONAIS NA ÁREA JURÍDICA EM INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO PRELIMINAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Dra. Nysia Oliveira de Sá.

Rio de Janeiro

2014

J696u Rodrigues, Juliana Souza de.
 Uso de fontes informacionais na área jurídica em instituições federais de ensino superior: estudo preliminar./Juliana de Souza Rodrigues. – Rio de Janeiro, 2014.

f. 41

Orientadora: Nysia Oliveira de Sá.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia)– Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1;Fontes informacionais Jurídicas. 2. Bibliotecas universitárias 3. Instituições Federais Ensino Superior (IFES). I. Sá, Nysia Oliveira de. II Título.

CDD:340.02

JULIANA DE SOUZA RODRIGUES

**USO DE FONTES INFORMACIONAIS NA ÁREA JURÍDICA EM INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO PRELIMINAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades
de Informação da Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovado(a) em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Nysia Oliveira de Sá - UFRJ
Doutora em Políticas públicas e formação humana-UERJ
Orientadora

Profa. Maria José Veloso da Costa Santos-UFRJ
Mestre em Ciência da Informação. -IBCIT
Professora convidada.

Profa. Maria de Fátima Borges Gonçalves Miranda-UFRJ
Mestre em Ciência da Informação-IBICT
Professora convidada.

AGRADECIMENTOS

Nesse trabalho que consolida mais uma etapa vencida na minha vida não poderia deixar de agradecer em primeiro lugar as duas pessoas que mais me incentivam em minha vida: minha mãe Marlene Rodrigues e minha irmã Julia Rodrigues.

Aos meus amigos do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (Turma 2011-1, Praia Vermelha) que me acompanharam durante esses quatro anos da minha vida. Em especial as minhas amigas eternas: Daniele Alvarenga, Mirielly Santos, Andrielle Coutinho, Daniela Carvalho e Vania Lúcia Vanderlei.

Aos professores do curso que passaram seus conhecimentos e ensinamentos e, em especial, as minhas queridas professoras Nysia Oliveira de Sá, que além de professora agradeço muito por ser também minha orientadora, as professoras Maria José Veloso da Costa Santos e Maria de Fátima Borges Gonçalves Miranda, pela gentileza de aceitar o convite de para compor a banca examinadora desse trabalho. Além das professoras Ana Maria Senna, Vania Guedes e Ana Carvalho, por terem sido sempre tão afetuosas comigo. E também a querida secretária do Curso, Regina Trindade, por sua dedicação e gentileza com todos os alunos.

A toda equipe da Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI/UFRJ), onde fiz meu primeiro estágio e tive a certeza que gostaria de ser uma Bibliotecária. Agradeço em especial minha ex-chefe adorada Florinda Duarte e ao diretor da DGDI Adilson Couto por sua generosidade e compreensão.

Agradeço a toda equipe da biblioteca do Instituto COPPEAD de Administração, onde fiz meu estágio supervisionado em biblioteca, depois de um tempo retornei para ser estagiaria da biblioteca e também fiz meu estágio supervisionado em Gestão.

Quero também agradecer aos alunos, professores e bibliotecários da Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), em especial ao prof. José Ribas Vieira e também aos alunos, professores e bibliotecários da Escola de Ciências Jurídicas da UNIRIO e, em especial, ao prof. Walter Rodrigues pela colaboração com o preenchendo os questionários da pesquisa.

Por fim, agradeço a minha querida amiga e ex-psicóloga Denize Soares, por sempre ter me incentivado e apoiado em todas as decisões de minha vida. E ao meu amigo José Afonso, por sempre ter me incentivado e apoiado em meus estudos.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho as duas pessoas mais importantes e amadas da minha vida. A minha mãe Marlene Rodrigues, por ter sido sempre uma incentivadora em meus estudos e ter sempre acreditado no meu potencial e minha irmã Julia Rodrigues, por também sempre ter me incentivado nos meus estudos e nunca ter me deixado desistir de nada.

Obrigada por vocês serem essas pessoas maravilhosas comigo e sempre me incentivarem nos meus estudos demonstrando que sou capaz de fazer o que eu quiser.

Amo vocês!

RODRIGUES, Juliana Souza de. **Uso de fontes informacionais na área Jurídica nas Instituições Federais de Ensino Superior**: estudo preliminar. 2014. f. 41 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa desenvolve um estudo preliminar acerca das fontes informacionais primárias e secundárias utilizadas na área jurídica das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Essa delimitação da pesquisa justifica-se pela possibilidade de compreender a utilização das referidas fontes informacionais em um ambiente estritamente direcionado para a área jurídica. Para atender a finalidade proposta, foram levantadas as principais fontes informacionais primárias e secundárias utilizadas na área do direito por meio da coleta de dados com a aplicação de questionários a Bibliotecários, Discentes e Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Buscou-se, assim, compreender quais são as principais fontes informacionais primárias e secundárias utilizadas pelos grupos correspondentes nessas instituições. Para tanto, a pesquisa bibliográfica sobre a temática da biblioteconomia jurídica foi associada a questionários respondidos por Bibliotecários, Discentes e Docentes. Foram avaliados 24 (vinte e quatro) questionários e 120 (cento e vinte) respostas. Os resultados obtidos nesse estudo mostram que as fontes informacionais jurídicas primárias mais utilizadas pelos grupos correspondentes da pesquisa são os anais de congresso, relatórios técnicos, dissertações e teses, e a legislação. Já as fontes secundárias mais utilizadas são as bases de dados e os livros. As fontes informacionais consideradas mais importante para o trabalho/estudo são a Bibliografia Brasileira de Direito e o *Vade Mecum*. Os Discentes indicaram que utilizam as bases de dados Academia.edu, Scielo e a JusBrasil, os Docentes o Portal Capes, Minerva, Caribi e Rede Sirius e os Bibliotecários a Rede RVBI, Portal Capes, Minerva e Caribe. Por fim, no que tange a satisfação com as fontes informacionais disponibilizadas pelas bibliotecas das IFES, os Bibliotecários estão satisfeitos, porém metade dos Discentes não estão, pois as consideram desatualizadas, já a outra metade as consideram satisfatórias, os Docentes também não estão satisfeitos, pois também as consideram desatualizadas.

Palavras chave: fontes informacionais jurídicas. Bibliotecas universitárias. Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

RODRIGUES, Juliana de Souza. **Usage of informational sources in the juridical branches of the Federal Institutions of Higher Education**: a preliminar study. 2014. f.41 Course completion assignment (undergraduation) – Library science and Information Unities Management. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Abstract

This present research developed a preliminar study about the primary and secondary informational sources used in the juridical branches of the Federal Institutions of Higher Education (IFESes), located in Rio de Janeiro. The delimitation of this research can be justified by the possibility of understanding the utilization of the aforementioned informational sources in an environment which is strictly directed towards the juridical areas. In order to reach this proposed goal, the main primary and secondary juridical informational fonts were gathered, through the collection of data from questionnaires previously distributed to librarians, students and professors from Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) and from Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Therefore, we aimed to identify what were the main primary and secondary informational sources used by the corresponding groups in those institutions. For that, the bibliographical research about the themes of the juridical bibliotheconomy was associated to questionnaires, answered by librarians, students and professors. Twenty-four (24) questionnaires and one hundred twenty answers (120) were evaluated. The results obtained in this study show that these primary legal informational sources most used by corresponding groups are: the conference proceedings, the technical reports, the dissertations and theses, and finally the legislation. Concerning the secondary sources, the most useful ones are databases and books. The informational sources considered to be the most important to our work/study are the Brazilian Bibliography of Law and the Vade Mecum. The students pointed out that they use the Academia.edu, Scielo and JusBrasil databases, the professors use the Capes Portal, the Minerva and Caribe databases, and the Sirius network. At last, the librarians make use of the RVBI network, the Capes Portal, and the Minerva and Caribe databases. Finally, as far as the satisfaction with informational sources provided by the libraries of IFES is concerned, librarians are satisfied, but half of Learners are therefore not consider them to be outdated, since the other half to consider satisfactory, the teachers also are not satisfied, as well as consider outdated.

Keywords: juridical informational sources. university libraries. Federal Institutions of Higher Education (IFESes).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Respostas dos Discentes a primeira pergunta do questionário.....	20
Gráfico 2 - Respostas dos Discentes a segunda pergunta do questionário.....	21
Gráfico 3 - Respostas dos Discentes a terceira pergunta do questionário.....	22
Gráfico 4 - Respostas dos Discentes a quarta pergunta do questionário.....	23
Gráfico 5 - Respostas dos Discentes a quinta pergunta do questionário.....	24
Gráfico 6 - Respostas dos Docentes a primeira pergunta do questionário.....	25
Gráfico 7 - Respostas dos Docentes a segunda pergunta do questionário.....	26
Gráfico 8 - Respostas dos Docentes a terceira pergunta do questionário.....	27
Gráfico 9 - Respostas dos Docentes a quarta pergunta do questionário.....	28
Gráfico 10 - Respostas dos Docentes a quinta pergunta do questionário.....	30
Gráfico 11 - Respostas dos Bibliotecários a primeira pergunta do questionário.....	31
Gráfico 12 - Respostas dos Bibliotecários a segunda pergunta do questionário.....	32
Gráfico 13 - Respostas dos Bibliotecários a terceira pergunta do questionário.....	32
Gráfico 14 - Respostas dos Bibliotecários a quarta pergunta do questionário.....	33
Gráfico 15 - Respostas dos Bibliotecários a quinta pergunta do questionário.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 OBJETIVOS	13
3.1 Objetivo geral	13
3.2 Objetivos específicos	13
4. FONTES INFORMACIONAIS: PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCÍARIAS ..	13
5. METODOLOGIA	16
6. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOS DISCENTES	19
6.1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Discentes	19
6.2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Discentes	20
6.3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Discentes.....	21
6.4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Discentes.....	22
6.5 Quinta pergunta do questionário respondido pelos Discentes.....	23
7. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOS DOCENTES	24
7.1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Docentes.....	24
7.2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Docentes.....	26
7.3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Docentes	27
7.4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Docentes.....	27
7.5 Quinta perguntado questionário respondido pelos Docentes.....	29
8. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOS BIBLIOTECÁRIOS.....	30
8.1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários	30
8.2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.....	31
8.3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.....	32
8.4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.....	33
8.5 Quinta pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.....	34
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE – Questionário com as perguntas utilizadas para o levantamento da pesquisa...41	

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação apresenta um estudo sobre o uso de fontes informacionais primárias e secundárias existentes nas bibliotecas universitárias dos cursos de Direito.

Para tanto, se faz necessário conhecer um pouco dessa área do conhecimento com suas peculiaridades. A área do Direito, geralmente, se divide em dois grandes grupos: Direito Público e o Direito Privado e classificações específicas para diversos ramos. Existem diversas possibilidades para a classificação da ordem jurídica, contudo, como ressalta Montoro (1995, p.110), essa divisão do direito em público e privado esta associada ao próprio processo de constituição histórica do Direito desde o Direito romano, com seus ramos e divisões. Conforme esclarece Diniz (2004, p. 256), essa divisão tem caráter estritamente didático, por isso, “não se deve pensar que sejam dois compartimentos estanques, estabelecendo uma absoluta separação entre as normas de direito público e as de direito privado, pois comunicam- se com certa frequência”.

Essa classificação decorre da necessidade de estabelecer uma forma para distinguir os vários ramos do Direito e perdura até os dias atuais. Por conseguinte, é considerada indispensável para a compreensão do Direito de forma didática, principalmente na área acadêmica, que precisa situar dada matéria jurídica. Para exemplificar, são ramos do Direito Público: o Direito Constitucional, o Direito administrativo, o Direito Financeiro, o Direito Penal, o Direito Processual e o Direito Internacional Público e os do ramo do Direito Privado são: o Direito Civil, o Direito Comercial, o Direito do Trabalho e o Direito Internacional Privado.

Assim, para o desenvolvimento desse trabalho foram selecionadas duas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

A UFRJ foi criada em 7 de setembro de 1920 com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). A universidade foi reorganizada em 1937, sendo renomeada nessa ocasião para Universidade do Brasil (UB) e, novamente renomeada em 1965, para a sua atual denominação. A tradicional Faculdade Nacional de Direito (FND) da UFRJ decorre da fusão, da Faculdade Livre de Ciências jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito em 1920. A Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais foi criada em 1882 e fundiu-se com a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1920, passando então a ser denominada de Faculdade de Direito do Rio de

Janeiro. Devido à criação da Universidade do Brasil, essa faculdade foi incorporada a mesma, passando, portanto, a ser reconhecida como Faculdade Nacional de Direito¹.

Nesse cenário, a história da biblioteca de Direito da UFRJ confunde-se com a história da própria faculdade, pois esta foi criada em 1905, por iniciativa de Arnaldo Guinle, um ex-aluno que doou livros e estantes. Deste início incipiente resultou a biblioteca da Faculdade Livre de *Sciencias Juridicas e Socialese*, atualmente, a Biblioteca Carvalho de Mendonça, da Faculdade Nacional de Direito.

A UNIRIO teve origem na Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada pelo Decreto- lei nº 773 de 20 de agosto de 1969. A FEFIERJ foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 5 de Junho de 1979, pela Lei nº 6.555. E, em 24 de outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou a sua denominação para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla UNIRIO foi mantida².

A biblioteca jurídica da UNIRIO foi criada em 02 de abril de 2009, com a denominação de Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Esta é a Biblioteca setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO, pois também atende as Escolas Administração Pública e Ciências Políticas.

O interesse para a realização deste trabalho decorre da minha participação como bolsista de iniciação científica em projeto de pesquisa desenvolvido no Observatório da Justiça Brasileira (OJB) da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Na Faculdade de Direito tive a oportunidade de conhecer algumas das fontes informacionais utilizadas nesse curso, o que fez com que despertasse o meu interesse em desenvolver um estudo mais aprofundado sobre a questão.

No levantamento bibliográfico realizado para a elaboração dessa pesquisa não foram encontrados trabalhos semelhantes, ou seja, que se ocupassem especificamente das fontes informacionais na área jurídica a partir de um estudo realizado nas IFES. De tal modo, esse trabalho de conclusão de curso adquire relevância ao contribuir para o aprofundamento de uma importante questão para as áreas da Biblioteconomia e do Direito.

O mote central do trabalho é o levantamento das fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias utilizadas em duas relevantes instituições de ensino superior da

¹ Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 6 nov. 2014.

² Disponível em: <<http://www.unirio.br/institucional/historia>> Acesso em: 6 nov.2014

cidade do Rio de Janeiro: a UFRJ e a UNIRIO. Para atender a finalidade proposta nesse estudo são levantadas as principais fontes informacionais utilizadas na área do direito por meio de consulta à bibliografia especializada sobre a temática da biblioteconomia jurídica.

Busca-se, também, a partir da seleção de três grupos (Bibliotecários, Docentes e Discentes), que interagem com as bibliotecas das instituições selecionadas, identificar a percepção de cada um em relação a essas fontes informacionais especializadas.

A estrutura do trabalho foi assim organizada: esta introdução, a seguir a Justificativa na qual procura se destacar a relevância dos estudos acerca da utilização das fontes informacionais devido às especificidades da área jurídica; os objetivos e gerais e específicos, seguidos da metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, serão analisados os resultados encontrados e no capítulo das conclusões são apontadas as semelhanças e contradições encontradas, com base na literatura, na percepção dos bibliotecários, docentes e discentes.

2. JUSTIFICATIVA

Na área jurídica a relevância das fontes informacionais está associada à própria especificidade dessa área do conhecimento, que se distingue das demais por suas peculiaridades intrínsecas, conforme afirmam Campello e Campos (1933, p. 131). Observa-se, assim, a constante produção das suas principais fontes de informação, tais a científica, teses, livros, artigos e acórdãos³ formativos de jurisprudências nos tribunais, bem como a atualização da legislação⁴, jurisprudência⁵ e doutrina⁶. Por conseguinte, a atuação do bibliotecário na mediação do acesso a tais informações torna-se extremamente necessário.

Essa importância pode ser associada inclusive à própria formação dos juristas brasileiros que demandam o acesso recorrente às pesquisas em fontes informacionais jurídicas, seja para a fundamentação de suas opiniões ou para o uso de argumento de

³ Os acórdãos são decisões colegiadas dos tribunais (câmara, turma, seção, órgão especial ou plenário). É um documento escrito, resumido e composto pelo relatório e pelos votos de todos que participaram do julgamento.

⁴ A legislação é um conjunto de leis de um país e, também, abarca a sua Constituição e alguns outros tipos legislativos.

⁵ A jurisprudência é o conjunto de decisões judiciais que apontam tendências a serem seguidas pelas decisões seguintes do judiciário sobre o mesmo tema.

⁶ A doutrina é um conjunto de princípios, ideias e ensinamentos de autores e juristas que são utilizadas como base para o Direito e, ainda, fundamentam as decisões judiciais. É também utilizada para a interpretação das leis, fixando as diretrizes gerais das normas jurídicas.

autoridade - que desempenha papel relevante na defesa de uma tese – mediante julgado de um Tribunal Superior ou das lições de um doutrinador renomado. Sendo assim, os mais diversos usuários - professores, advogados, juristas e estudantes – desempenham atividades que demandam o amplo uso de fontes informações, que tem dentre as suas finalidades, subsidiar pareceres, ações judiciais e estudos acadêmicos.

A proposta de desenvolver um trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia que dialogasse com a área jurídica possui como principal incentivo a minha participação como bolsista de iniciação científica em projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Observatório da Justiça Brasileira (OJB/UFRJ). Nesse projeto, tive a oportunidade de observar que na área do direito havia a constante utilização de fontes informacionais primárias e secundárias, sendo assim, necessário o maior aprofundamento acerca do tema. Afinal, a despeito da fundamental atuação dos bibliotecários na área jurídica, os que buscam conhecimentos específicos sobre o tema da biblioteconomia jurídica encontram pouca bibliografia disponível, principalmente, artigos dispersos.

A importância desse estudo também está relacionada à escassez da bibliografia e ao pouco embasamento teórico existente sobre o tema, o que dificulta a própria ampliação dessa área do conhecimento. Nestes termos, pretende-se com esse trabalho de conclusão de curso contribuir para a ampliação dos temas pesquisados na Biblioteconomia, visto que não foram localizados estudos com a mesma proposta da presente pesquisa.

Para Passos e Barros (2009) os bibliotecários que ingressam nessa área aprofundam os seus conhecimentos acerca das especificidades das fontes informacionais jurídicas durante o desenvolvimento de suas próprias atividades profissionais. A formação universitária possui caráter mais genérico, não abrangendo, portanto, os conhecimentos específicos requeridos para a atuação na área jurídica.

Nesse sentido, houve a necessidade de aprofundar meus conhecimentos na área do direito por intermédio de estudos em Biblioteconomia e, mais especificamente, de investigar a utilização das fontes informacionais por profissionais, estudantes e outros interessados na área jurídica. E, por conseguinte, contribuir para o melhor atendimento a estes na busca por informações e fornecer elementos para ampliar a formação profissional de bibliotecários a partir do conhecimento das interfaces existentes entre essas duas áreas do conhecimento.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foram escolhidas para a realização desse trabalho de pesquisa, pois são instituições públicas de ensino de renome em todo país e, também, de excelência na área jurídica. Além disso, as universidades estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro, possibilitando assim, o acesso às informações e aos seus Discentes, Docentes e Bibliotecários.

Nesse trabalho, a opção por investigar a utilização das fontes informacionais primárias justifica-se por estas se mostrarem dispersas e desorganizadas quanto à produção e controle. Registram informações que estão sendo lançadas, no momento de sua publicação, no corpo do conhecimento científico e tecnológico e, por isso, são difíceis de identificar. Optei por trabalhar com tais fontes, portanto, para tentar compreender mais um pouco como utiliza-las e para entender se essas fontes realmente são realmente tão dispersas e organizadas. Já as fontes secundárias foram escolhidas por facilitarem a compreensão das fontes primárias, visto que o objetivo dessas fontes é facilitar o uso do conhecimento nas fontes primárias. Assim sendo, as fontes secundárias apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com o arranjo definido, conforme sua finalidade.

3 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação são descritos a seguir.

3.1 Objetivo geral

Fazer o levantamento das fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias utilizadas pelos Discentes, Docentes e Bibliotecários da UFRJ e UNIRIO.

3.2 Objetivos específicos

- ✓ Levantar as principais fontes informacionais primárias e secundárias existentes na área jurídica por intermédio da bibliografia especializada acerca da biblioteconomia jurídica;
- ✓ Identificar quais as fontes informacionais jurídicas são mais utilizadas;
- ✓ Saber quais as fontes informacionais jurídicas são utilizadas nas Instituições de ensino superior selecionadas.

4 FONTES INFORMACIONAIS: PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS.

O conceito de fonte de informação abarca todo o suporte que direciona a alguma informação, para explicitar, manuscritos, publicações impressas, objetos, obras de arte ou peças museológicas (CUNHA, 2001). O tamanho do universo de informação na área jurídica tem impacto direto na pesquisa, por isso, Passos (1994, p. 364) alerta que “(...) toda essa massa documental de informação jurídica seria apenas o caos documental jurídico, se não existissem mecanismos para controlar e recuperar a informação contida nos documentos”.

O grande número de documentos jurídicos e a sua diversificação dificultam a pesquisa pelo usuário, os métodos tradicionais de atualização da produção jurídica transformaram-se em meios absolutamente insuficientes para atender às necessidades dos profissionais da área do Direito. Diante disso, o acesso aos instrumentos especializados para coleta de dados para investigação ou para orientação prática de assuntos técnico-científicos é de fundamental importância para o profissional do direito.

Há algumas décadas, o profissional do Direito contava com poucos recursos para identificar, por exemplo, que leis estavam em vigor e quais teriam sido revogadas, buscar julgados dos Tribunais Superiores e jurisprudências estrangeiras. Com a expansão e popularização dos recursos tecnológicos, que deram origem a diversos suportes de registro da informação, desde o microfilme até os potentes discos óticos de armazenamento, e a partir da internet, houve a facilitação e ampliação das pesquisas jurídicas. Essa disseminação da informação propiciou a milhões de usuários o acesso à inúmeras fontes de informação nacionais e internacionais, assim sendo, a informática representou uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica.

Considerando-se como fonte de informação jurídica o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável ao desempenho de suas atividades cotidianas, a atuação do bibliotecário jurídico como mediador do acesso a essas diversas fontes torna-se cada vez mais relevante, principalmente, devido à internet e a crescente produção de fontes informacionais na seara jurídica. Contudo, o adequado auxílio aos usuários nas pesquisas jurídicas depende não apenas dos conhecimentos técnicos da

Biblioteconomia, mas também de um arcabouço específico de conhecimentos sobre o Direito e a sua documentação.

Nesse cenário, a pesquisa proposta recorrerá a seguinte divisão das fontes com base em critérios relativos à sua originalidade e proximidade com a fonte de origem: primárias, secundárias ou terciárias. Essa divisão é importante, visto que será tomada para a compreensão das fontes informacionais jurídicas utilizadas nas bibliotecas de direito das IFES.

As fontes primárias de informação são aquelas que contêm a informação como apresentada em sua forma original, inteira, isto é, não condensada nem resumida, não selecionada nem abreviada. São documentos em primeira mão, onde o interessado pode conhecer, em sua forma total, o trabalho, o relatório, a obra original. São exemplos de fontes primárias: periódicos científicos, dissertações e teses, relatórios técnicos, anais de congresso, patentes, normas técnicas e legislação (MULLER, 2000, p. 31).

Já as fontes secundárias se caracterizam por conter informações retiradas das fontes primárias. Os conhecimentos são apresentados de forma sintética em alguns casos, analítica de outros, segundo uma ordenação ou sistematização que facilita a consulta. São exemplos de fontes secundárias: bibliografias e índices, trabalhos biográficos, catálogos de bibliotecas, dicionários, enciclopédias e manuais (MULLER, 2000, p. 31).

Por fim, as fontes terciárias, que não são abordadas especificamente nesse estudo, são aquelas que têm por objetivo guiar o usuário para fontes primárias e secundárias. Para explicitar, são bibliografias, serviços de indexação e resumos, catálogos coletivos, guias de leitura e diretórios (MULLER, 2000, p. 31).

As fontes de informação jurídica podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informação, bases de dados etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca. Diante disso, os bibliotecários jurídicos devem estar atentos às fontes de informações, independente de seu suporte, saber avaliar as vantagens de várias fontes de informação, ser capaz de organizar a informação para que possa ser localizada, independente do seu suporte, sejam jurídicas ou não.

No Brasil, no final dos anos setenta, conforme Miranda (1978), as universidades brasileiras estavam em um momento de transição relacionado à própria renovação da sociedade. Contudo, a informação tornava-se indispensável e, portanto, a biblioteca

universitária precisava acompanhar este processo de renovação por meio da sua capacitação para contribuir para o ensino, pesquisa e extensão no país.

De acordo com Miranda (1978), nesse período, as bibliotecas universitárias brasileiras atravessavam sérias crises de crescimento devido a Reforma Universitária, a transformação dos métodos de ensino e aprendizagem, ao crescimento do ingresso de discentes, a intensificação da produção de pesquisas e da extensão e, principalmente, a demanda por maior sofisticação e pertinência no atendimento dos serviços de informação e documentação. Ademais, passavam por graves problemas de planejamento, inexistência de orientação adequada à formação de sua coleção e, sobretudo, ausência de tempo e recursos suficientes à referência e ao treinamento de usuários. Miranda (1978) aponta, ainda, diversos esforços que contribuíram para a superação desse quadro, principalmente, a construção de edifícios de bibliotecas, aplicação de recursos na aquisição de livros e na importação de periódicos, organização de serviços centrais – seja através da centralização física ou por coordenação de atividades, dependendo da configuração física ou administrativa -, e a realização de concursos públicos para contratação de bibliotecários.

Nesse sentido, o cenário atual é bastante distinto do apresentado nos anos setenta, pois muitos dos problemas estruturais elencados foram paulatinamente sanados, ainda que alguns persistam. Como coloca Leitão (2005) é importante observar que a biblioteca universitária está inserida em um dado contexto social, sendo assim, mantém vínculos com a própria instituição na qual está inserida, daí, por exemplo, a relevância de saber se se trata de uma instituição de ensino pública ou privada.

Atualmente as bibliotecas universitárias lidam com um imensurável volume de informações, o que denota a necessidade de mais investimentos em sofisticados sistemas de informação. E, ainda, as bibliotecas não estão mais estritamente voltadas para os seus acervos, uma vez que o atendimento ao público emerge como um fator relevante que demanda especial atenção. Por conseguinte, para Leitão (2005) as bibliotecas universitárias possuem como alguns de seus compromissos a valorização dos programas de ensino da faculdade e a divulgação da informação de seu acervo a comunidade (LEITÃO, 2005, p. 27-28).

5 METODOLOGIA

Na primeira parte da pesquisa, foi adotada a pesquisa bibliográfica, assim sendo, a partir da delimitação temática, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre biblioteconomia jurídica. Essa etapa teve como propósito principal desenvolver o assunto tratado por meio da realização do levantamento bibliográfico em livros, artigos, trabalhos científicos e *sites* da internet.

Depois disso, para fazer o levantamento da pesquisa, foram escolhidas a UFRJ e UNIRIO como instituições de ensino a para participar da pesquisa. A seguir, como tipo de pesquisa, foi escolhida a empírica, utilizando-se como instrumento de coleta de dados o questionário.

Para desenvolver a proposta de pesquisa a escolha do grupo correspondente (Discentes, Docentes e Bibliotecários) se deve a busca de uma visão mais ampla acerca da utilização das fontes informacionais na área jurídica, abrangendo, desse modo, desde estudantes e professores, até profissionais da área da Biblioteconomia.

As questões dos questionários foram elaboradas por intermédio das reuniões de orientação. Sendo assim, definido que o questionário constaria de cinco perguntas, sendo quatro diretas e uma aberta, e que essas perguntas teriam que estar disposta em apenas uma página para facilitar a aplicação do questionário. Os questionários para a coleta de dados foram elaborados visando à resposta de Discentes e Docentes, bem como de Bibliotecários que desenvolvem as suas atividades profissionais nas bibliotecas jurídicas das referidas universidades.

Tais questões têm como finalidade identificar quais as fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias mais utilizadas nas instituições escolhidas. Para tanto, foram definidos grupos correspondentes para responder aos questionários: cinco Discentes, cinco Docentes e dois Bibliotecários de cada Instituição. Portanto, no total são dez Discentes, dez Docentes e quatro Bibliotecários como grupo correspondente na pesquisa. Dessa forma, 24 (vinte e quatro) pessoas responderem os questionários, e obtivemos 120 (cento e vinte) respostas para serem avaliada sem blocos dos grupos correspondentes. A escolha do questionário como instrumento de coleta de dados dessa pesquisa se deu por suas diversas vantagens, tais como (MARCONI, 2009. p. 315):

- ✓ economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados;
- ✓ atinge maior número de pessoas simultaneamente;
- ✓ há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato;
- ✓ há maior segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas;
- ✓ há mais tempo para responder e em hora mais favorável.

Devem-se observar também as desvantagens dos questionários (MARCONI, 2009, p. 315):

- ✓ impossibilidade de ajudar o informante em questão mal compreendidas;
- ✓ dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente;
- ✓ a leitura de todas as perguntas, antes de responde-las, pode uma influenciar a outra;
- ✓ a devolução tardia prejudica o calendário e sua utilização.

Diversos são os fatores que influenciam o retorno dos questionários, como por exemplo, “o patrocinador, a forma atraente, a extensão, o tipo de carta que o acompanha, solicitando colaboração; as facilidades para seu preenchimento e sua devolução pelo correio; motivos apresentados para a resposta e tipo de classe de pessoas a quem é enviado o questionário” (SELTIZ, 1965, p.28).

Para a elaboração das perguntas dos questionários (APÊNDICE) foram consideradas as justificativas a seguir

A primeira pergunta foi elaborada com intuito de compreender qual seria a fonte primária mais utilizada pelos Discentes, Docentes e Bibliotecários, o que seria relevante para que o Bibliotecário pudesse auxiliá-los em seus estudos e atividades acadêmicas. Já a finalidade da segunda pergunta foi descobrir qual a fonte secundária considerada de maior relevância para área jurídica.

A terceira pergunta teve origem no levantamento de fontes jurídicas, pois percebi que todos os artigos e livros citavam o *Vade Mecum*, a base SICON e a Bibliografia Brasileira de Direito. Diante disso, quis identificar quais dessas fontes jurídicas eram as mais utilizadas na área.

A quarta pergunta decorre da necessidade de aprofundamento do conhecimento acerca das fontes informacionais jurídicas. Isso porque, na pesquisa bibliográfica não foram encontradas muitas bases de dados específicas na área jurídica. Busquei levantar informações por meio do questionamento apresentado aos Discentes, Docentes e Bibliotecários, visando, assim, alcançar mais informações sobre esse assunto.

Por fim, na quinta pergunta como estudante de Biblioteconomia e futura Bibliotecária almejei identificar se o grupo correspondente estava satisfeito ou não com as fontes informacionais disponíveis na biblioteca. E, caso a resposta fosse negativa, quais seriam os motivos das suas insatisfações.

Os questionários foram aplicados pessoalmente. A primeira instituição em que estive foi a UFRJ, pois por fazer parte de um grupo de pesquisa na Faculdade Nacional

de Direito (FND) tinha maior acesso aos grupos correspondentes da pesquisa. Após a escolha dos discentes e os docentes para responderem ao questionário não presenciei o preenchimento destes, pois foram devolvidos, posteriormente, por cada uma destas pessoas.

Na biblioteca da FND presenciei o preenchimento dos questionários pelos bibliotecários, explicando a proposta de pesquisa, no que prontamente se dispuseram a fazê-lo. De certa forma, presenciar o preenchimento dos questionários foi bastante proveitoso, pois pude esclarecer algumas dúvidas pontuais sobre as perguntas.

Por considerar que na UNIRIO a biblioteca seria a melhor forma de acesso para a aplicação dos questionários na instituição, procurei fazer contato, via e-mail e telefone. O objetivo era que pudessem me ajudar na seleção de docentes e discentes para responderem ao questionário.

Após algumas tentativas de contato na UNIRIO, procurei o coordenador do curso que, muito solícito, prontamente se dispôs a me auxiliar. Tanto o coordenador quanto à bibliotecária conseguiram que os questionários fossem respondidos. Assim, o preenchimento de todos os questionários contribui, de forma inegável, para o desenvolvimento da pesquisa.

6. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOS DISCENTES.

Serão avaliados 10 (dez) questionários dos Discentes do Curso de graduação em Direito da UFRJ e da UNIRIO, sendo 5 (cinco) questionários de cada Instituição. O objetivo conforme explicitado, anteriormente, foi identificar quais fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias são utilizadas pelos discentes para a realização de estudos e trabalhos.

6.1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Discentes.

Na primeira pergunta sobre fontes informacionais jurídicas primárias os resultados foram:

- ✓ 4 (quatro) utilizam anais de congresso,
- ✓ 2 (dois) periódicos científicos,
- ✓ 2 (dois) relatórios técnicos,
- ✓ 2 (dois) legislação
- ✓ Dissertação e teses não obteve resposta.

- ✓ Outras também não obtive resposta.

Segue a representação gráfica das respostas dos Discentes a primeira pergunta do questionário:

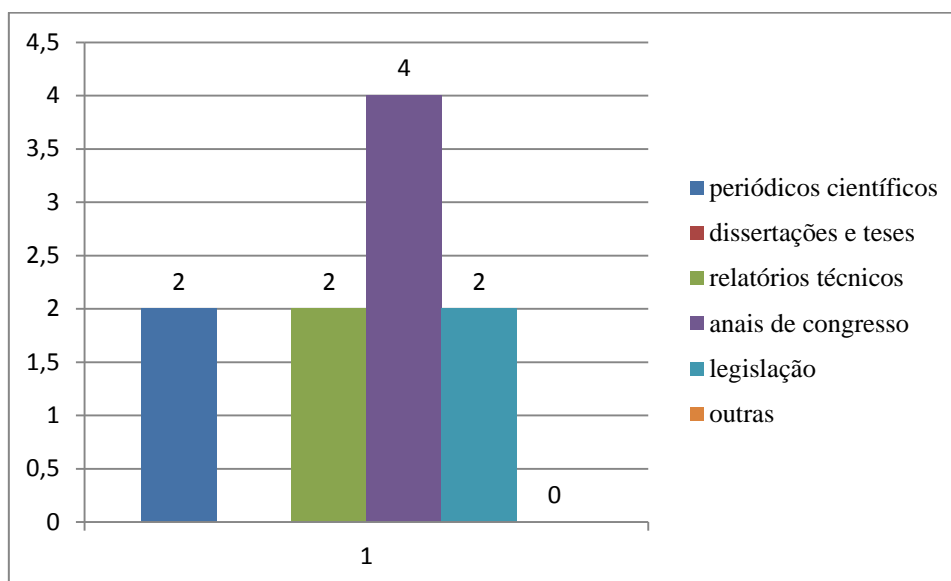


Gráfico 1 Respostas dos Discentes a primeira pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Diante das respostas dos Discentes, a fonte informacional jurídica primária mais utilizada por este grupo são os anais de congresso. Entende-se por anais de congresso uma “coletânea de artigos científicos”. Em outros termos, são publicações que estão inseridas na denominada “Literatura cinzenta” - tradução literal do termo inglês “*grey literatura*” – que designa documentos “não convencionais e semipublicados, produzidos nos âmbitos governamental, acadêmico, comercial e da indústria”. Essa literatura é caracterizada também por “documentos de caráter provisório ou preliminar e reproduzidos em número limitado de cópias. Também não recebem número de (ISSN ou ISBN)” (GOMES, MENDONÇA, SOUZA, 2000. p. 97-103).

6.2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Discentes.

Na segunda do questionário sobre fontes informacionais jurídicas secundárias os resultados alcançados foram:

- ✓ 4 (quatro) utilizam bases de dados,
- ✓ 3 (três) utilizam os livros,
- ✓ 2 (dois) utilizam *Web site*,
- ✓ 1 (um) considerou a bibliografia como mais utilizada.

A seguir a representação gráfica das respostas dos Discentes a segunda pergunta do questionário:

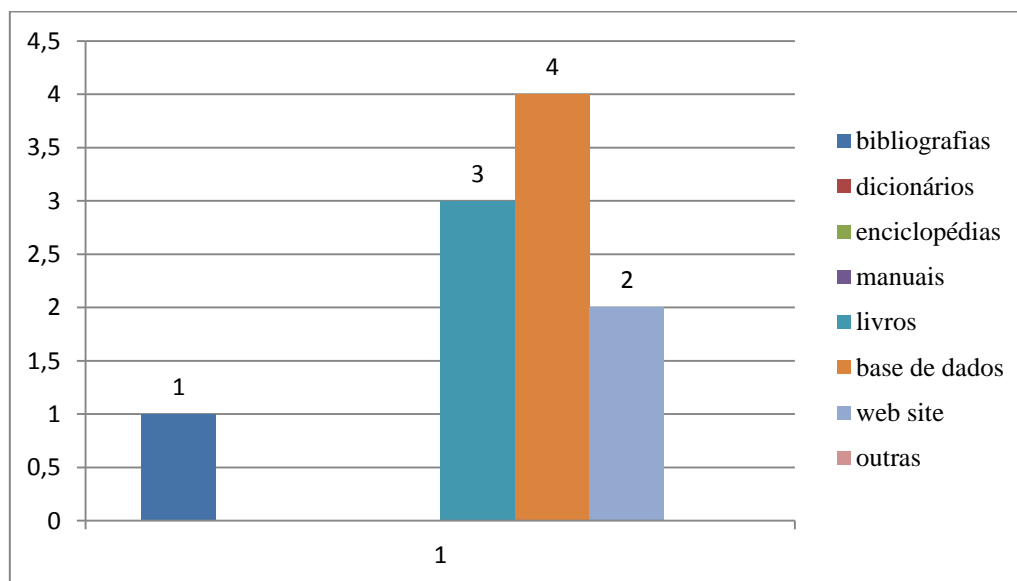


Gráfico 2 Respostas dos Discentes a segunda pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

O maior número de respostas nessa questão sobre as fontes informacionais secundárias foi para as bases de dados. Por bases de dados entende-se o conjunto de dados inter-relacionados, que são organizados de modo que permitam a recuperação da informação. Estas são armazenadas em meios ópticos ou magnéticos, tais como discos, e são acessadas local ou remotamente⁷.

As bases de dados podem dos seguintes tipos: Bibliográficas (versão eletrônica dos periódicos de indexação e resumo, catálogos de bibliotecas e bases de dados produzidas pelas redes de catalogação cooperativa); Diretórios (contêm dados cadastrais sobre pessoas, instituições softwares etc.); Base de texto completo (textos completos de um documento. Incluídas as paginas da *Word Wibe Web*); Bases de dicionários (manuais, dicionários de termos técnicos, nomenclatura química, propriedades físicas etc.); Bases numéricas (dados numéricos e series estatísticas, que incluem bases de dados em áreas científicas e de negócios, por exemplo, dados e indicadores econômicos e financeiros, estatísticas de censo etc); Bases de Imagens/Dados Gráficos (formulas químicas, imagens de logotipo, desenhos e figuras - forma gráfica)(SÁ, 2014).

6. 3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Discentes.

⁷ Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/departam/cbd/lina/recurso2/bases.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

A terceira pergunta tem como foco as fontes informacionais jurídicas, a saber: *Vade Mecum*, SICON e Bibliografia Brasileira de Direito.

Os resultados dessa questão foram:

- ✓ 6 (seis) consideram a Bibliografia Brasileira de Direito como mais importante,
- ✓ 4 (quatro) o *Vade Mecum*,
- ✓ SICON não foi citada.

Abaixo a representação gráfica das respostas dos Discentes a terceira pergunta do questionário:

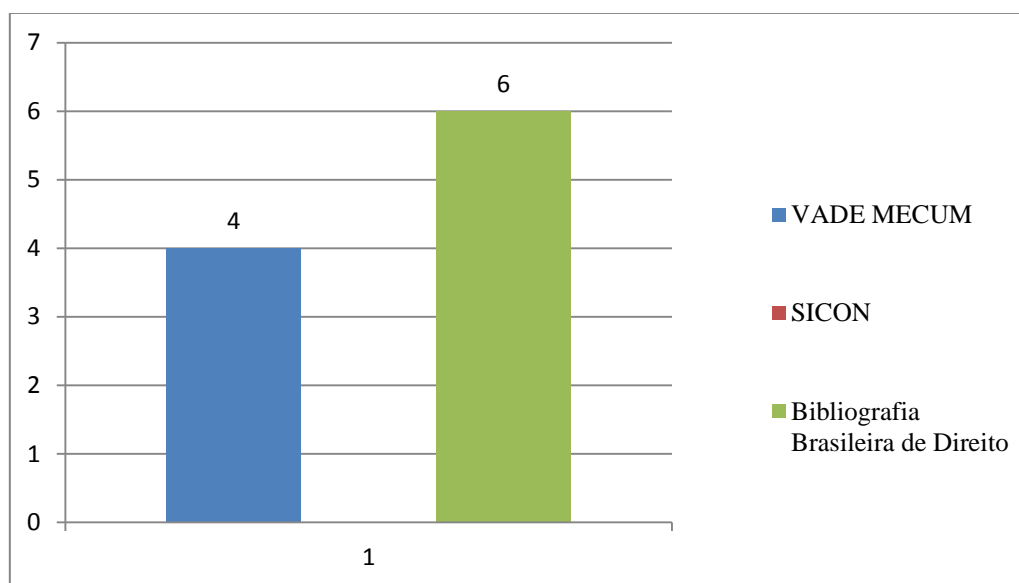


Gráfico 3 Respostas dos Discentes a terceira pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as opções apresentadas para a questão três a Bibliografia Brasileira de Direito atingiu maior número de respostas dos Discentes. A Bibliografia Brasileira de Direito surgiu em 1967, pelo Instituto Brasileiro de Ciências Informacionais (IBICT) Esta fonte passou a ser de responsabilidade da Biblioteca do Senado Federal no ano de 1986. A finalidade desta fonte é organizar o material bibliográfico produzido nessa área de forma a disseminar a informação organizada (COUTINHO, 2013. p. 7).

6. 4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Discentes.

Nessa quarta questão:

- ✓ 7 (sete) Discentes não utilizam bases de dados,
- ✓ 3 (três) utilizam e citaram a Academia. Edu, Scielo e JusBrasil.

Apresentamos a seguir a representação gráfica das respostas dos Discentes a quarta pergunta do questionário:

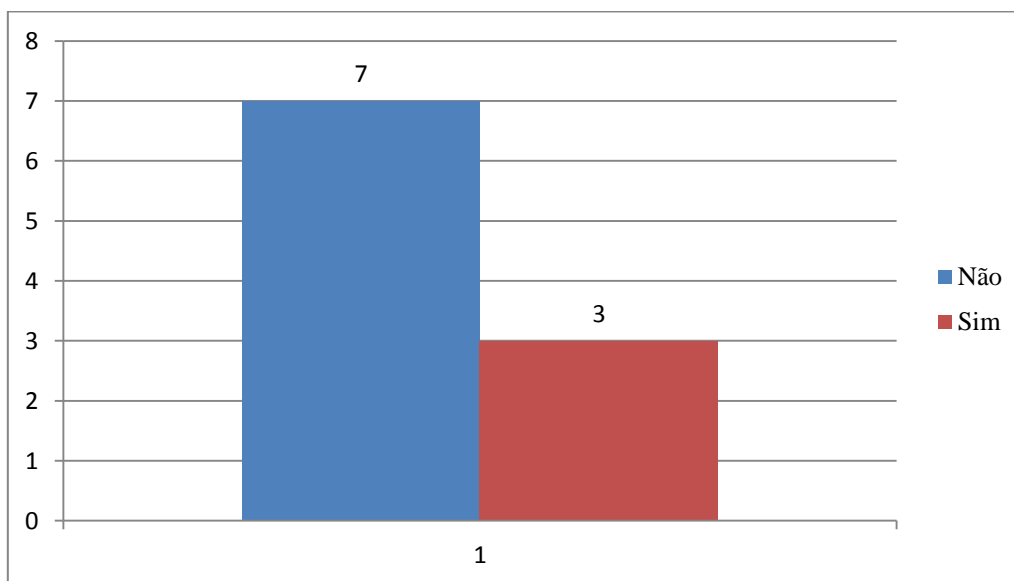


Gráfico 4 Respostas dos Discentes a quarta pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Observamos nessa questão que 7 (sete) discentes afirmam que utilizam alguma base de dados. Dentre as bases de dados mencionadas estão: a Academia. Edu é uma plataforma na qual os acadêmicos compartilham os trabalhos de pesquisa⁸, a Scientific Electronica Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma extensa coleção de periódicos científicos nacionais⁹ e, por fim, a JusBrasil é uma plataforma que organiza e também compartilha informações jurídicas nacionais¹⁰.

6. 5 Quinta pergunta do questionário respondido pelos Discentes.

Na quinta pergunta apresentada, que se refere à satisfação das Fontes Informacionais disponíveis nas IFES, o resultado foi: 5 (cinco) Discentes estão satisfeitos com as Fontes Informacionais oferecidas pelas bibliotecas e 5 (cinco) estão insatisfeitos por considera-las desatualizadas.

Por fim a representação gráfica das respostas dos Discentes a quinta pergunta do questionário:

⁸ Disponível em: <<http://www.academia.edu/about>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

⁹ Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

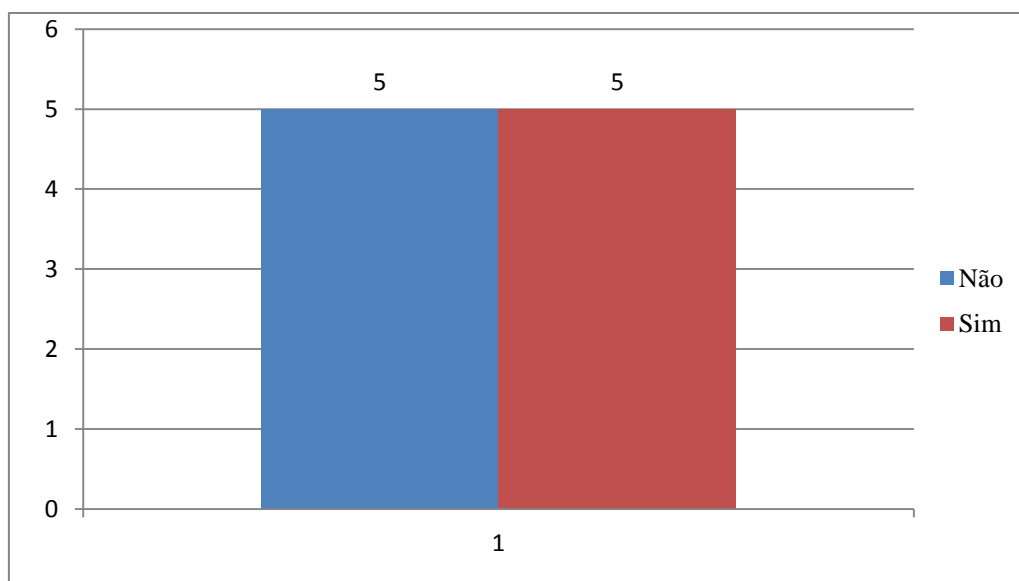


Gráfico 5 Respostas dos Discentes a quinta pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

7. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOCENTES.

Serão avaliados 10 (dez) questionários respondidos pelos dos docentes sendo 5 (cinco) questionários de cada uma das IFES. O intuito é saber quais as fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias são utilizadas para a realização do seu estudo/trabalho.

7. 1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Docentes.

Na primeira questão que se refere às fontes informacionais jurídicas primárias obtivemos o seguinte resultado:

- ✓ 4(quatro) utilizam mais os relatórios técnicos;
- ✓ 4 (quatro) utilizam dissertações e teses;
- ✓ 2 (dois) apenas utilizam a legislação.

A seguir a representação gráfica das respostas dos Docentes a primeira pergunta do questionário:

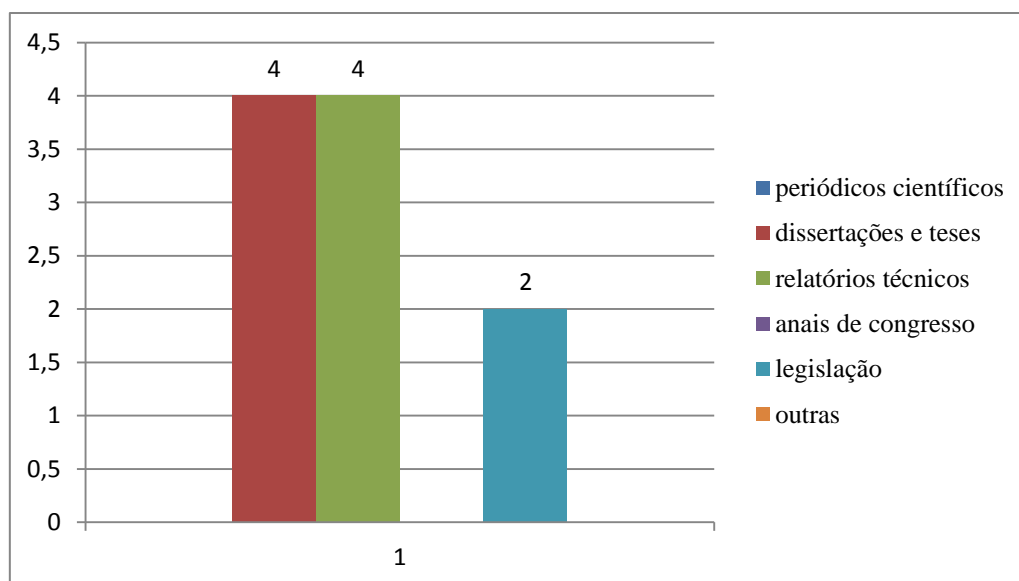


Gráfico 6 Respostas dos Docentes a primeira pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Observamos nessa questão que as fontes informacionais primárias mais utilizadas pelos Docentes são os relatórios técnicos e as dissertações e teses.

Entende-se por relatórios técnicos os documentos que descrevem os resultados ou o andamento de pesquisa, que serão enviados a uma dada instituição, seja financiadora ou a qual o trabalho está vinculado. Sendo assim, estas podem ser consideradas publicações características de entidades que trabalham com o desenvolvimento de pesquisas, sendo que os seus processos de produção são bastante diversificados. Para exemplificar, podem ser “técnicos científicos, de viagem, de estágios, de visita, administrativos e de fins especiais”. Como coloca Campello (2000), as características desses relatórios são:

“tiragem limitada, difícil acesso e editados por processos não convencionais, a linguagem não sobre restrições de estilos, sem passar por crivo final de avaliação na sua redação e produzidos quase sempre em série, identificados por códigos alfanuméricos criados pelas entidades produtoras (empresas privadas, órgãos Governamentais e empresas contratadas pelo Governo)” (CAMPELLO, 2000, p.105-110).

As dissertações e teses são documentos elaborados nas atividades dos diversos cursos de pós-graduação. Nestes termos, no mestrado é elaborada uma dissertação, que constitui um trabalho de pesquisa que demonstre sua capacidade de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica empregada pelo autor. No doutorado, é produzida uma tese que envolve uma revisão bibliográfica adequada, sistematização das informações existentes, planejamento e realização de trabalho necessariamente original.

São as universidades e faculdades as “depositórias das dissertações e teses defendidas (memória institucionais) e órgãos de fomento de pesquisas, ministérios de educação e de ciência e tecnologia estão empenhados em tomar essa produção acessível” (CAMPELLO, 2000, p. 121-135).

7. 2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Docentes.

Na segunda pergunta sobre fontes informacionais jurídicas secundárias, o resultado apresentado foi o seguinte:

- ✓ 4(quatro) utilizam mais os livros;
- ✓ 3 (três) utilizam enciclopédias;
- ✓ 2 (dois) utilizam dicionários;
- ✓ 1 (um) apenas utiliza a bibliografia.

Segue a representação gráfica das respostas dos Docentes a segunda pergunta do questionário:

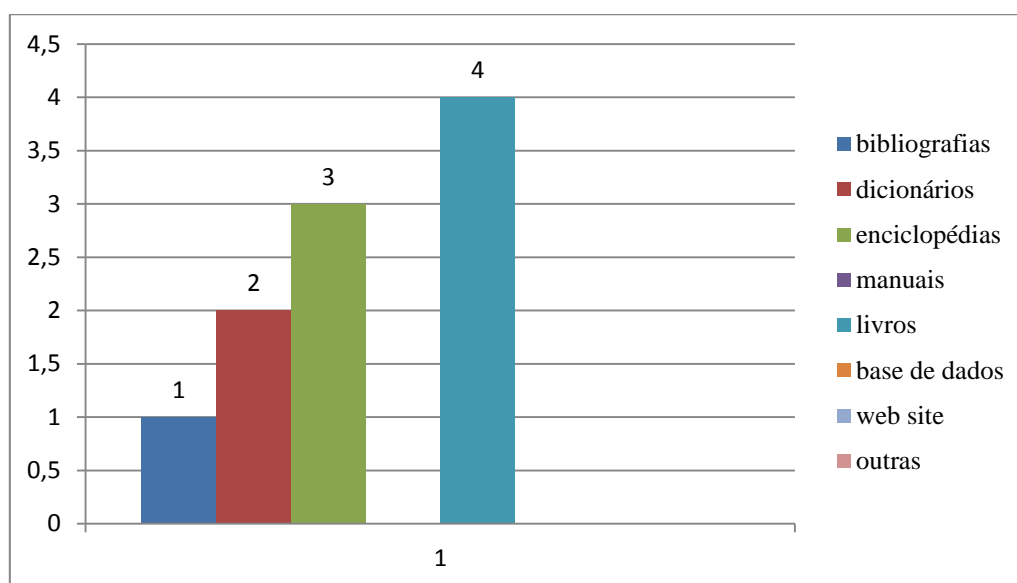


Gráfico 7 Respostas dos Docentes a segunda pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Nesse item, os Docentes consideraram os livros como as fontes informacionais jurídicas mais utilizadas e, em segundo lugar, estão as enciclopédias. Por livro pode-se compreender uma determinada obra, literária científica ou de algum outro tipo, com a extensão necessária para formar um volume. Neste caso, por ser uma obra de conteúdo especializado, contém conhecimento consolidado, ou seja, aceito pelos pares. Já as enciclopédias apresentam a informação especializada a respeito de um determinado

assunto de forma concisa e facilmente acessível. Compilada e apresentada por diversos especialistas. Assim sendo, a sua forma e a função são bem conhecidas pelo profissional da informação e dos estudantes em geral (DIAS, 2000, p. 199-216).

7. 3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Docentes.

Na terceira pergunta que refere as fontes informacionais Jurídicas (*Vade Mecum*, SICON, Bibliografia Brasileira de Direito) observamos o seguinte resultado:

- ✓ 7 (sete) consideram *Vade Mecum* mais importante;
- ✓ 2 (dois) consideram a Bibliografia Brasileira de Direito;
- ✓ SICON não foi citado.

Apresentamos abaixo a representação gráfica das respostas dos Docentes a terceira pergunta do questionário:

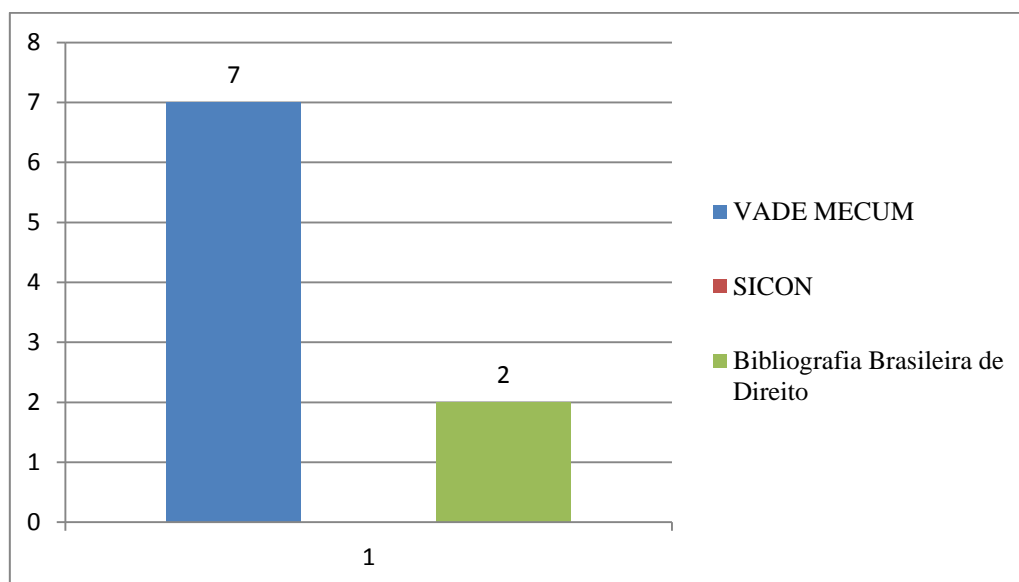


Gráfico 8 Respostas dos Docentes a terceira pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Nessa questão a fonte informacional mais utilizada é o *Vade Mecum*. Trata-se de uma fonte de informação secundária é composta pela Constituição Federal, Código Civil, Código de processo Civil, Código Penal, Código Comercial, Código Tributário Nacional, Consolidação das leis trabalhistas, Código Eleitoral, Código de trânsito Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor e Súmulas organizadas (COUTINHO, 2013. p. 7).

7. 4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Docentes.

Na quarta questão, que se refere à utilização de Bases de dados, o resultado foi o seguinte:

- ✓ 9 (nove) utilizam Bases de Dados;
- ✓ 1 (um) não utiliza;
- ✓ As bases de dados citadas pelos Docentes foram: Portal CAPES, Minerva, Caribi e Rede Sirius.

Mostramos a seguir a representação gráfica das respostas dos Docentes a quarta pergunta do questionário:

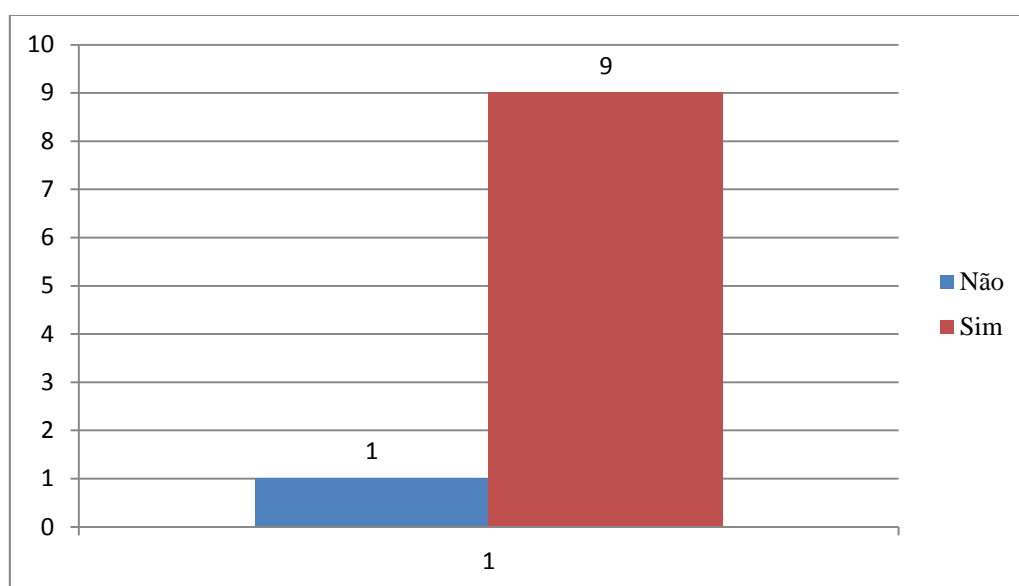


Gráfico 9 Respostas dos Docentes a quarta pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Como a concepção de base de dados foi anteriormente explicada nos ateremos nesse item apenas em explicações sobre as bases citadas pelos Docentes.

O Portal CAPES é um portal de periódicos, lançado 2000, mesmo período em que começavam a ser criadas também as bibliotecas virtuais e as editoras iniciavam o processo de digitalização dos seus acervos. Com a implementação desse Portal, a Capes passou centralizar e otimizar a aquisição desse tipo de conteúdo, com a proposta de facilitar o acesso à literatura científico- tecnológica. São participantes do Portal Capes: instituições federais de ensino superior; instituições de pesquisa com pós-graduação pela CAPES (nota 4 ou superior); instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais com pós-graduação avaliada pela CAPES(nota 4 ou superior); instituições privadas de ensino superior(com pelo menos um doutorado com avaliação trienal pela

CAPES e nota 5 ou superior); e outras instituições que aderiram ao Portal na categoria” pagantes”, com acesso restrito às coleções contratadas¹¹.

A Minerva é uma base de acesso público, que pode ser acessada por intermédio da Internet e permite a consulta aos catálogos de todas as bibliotecas da UFRJ. A base é por 43 bibliotecas de graduação e de pós-graduação, sendo assim, conta com obras especializadas nas mais diversas áreas do conhecimento¹².

A Rede Sirius é a rede de bibliotecas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esta base possui um acervo composto de materiais informacionais como monografias (livros, folhetos, separatas, trabalhos monográficos, dissertações e teses), publicações seriadas(jornais, revistas, periódicos e bases de dados), obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.), filmes(fitas de videocassetes e DVD`s), material cartográfico(atlas e mapas), obras raras e valiosas¹³.

A base Caribe pertence à biblioteca setorial do Centro de Ciências Jurídicas e políticas (CCJP) da UNIRIO, e abrange as Escolas de Direito, Administração Publica e Ciências Políticas. O acervo da biblioteca é composto de livros, periódicos, CDS e DVDS, sendo automatizado na Base Caribe¹⁴.

7. 5 Quinta pergunta do questionário respondido pelos Docentes.

Na quinta e última pergunta, que se refere à satisfação das Fontes Informacionais disponíveis nas IFES, nenhum dos Docentes está satisfeito com as Fontes Informacionais oferecidas pelas Bibliotecas, pois as consideram desatualizadas.

Segue a representação gráfica das respostas dos Docentes a quinta pergunta do questionário:

¹¹Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹² Disponível em:<http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=BASE_MINERVA>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹³ Disponível em: http://virtua.sirius.uerj.br:8000/cgi-bin/gw_2012_2/chamele. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁴ Disponível em: <http://www.biblioteca.unirio.br/bibliotecas-do-sistema/ccjp-1>. Acesso em: 10 nov. 2014.

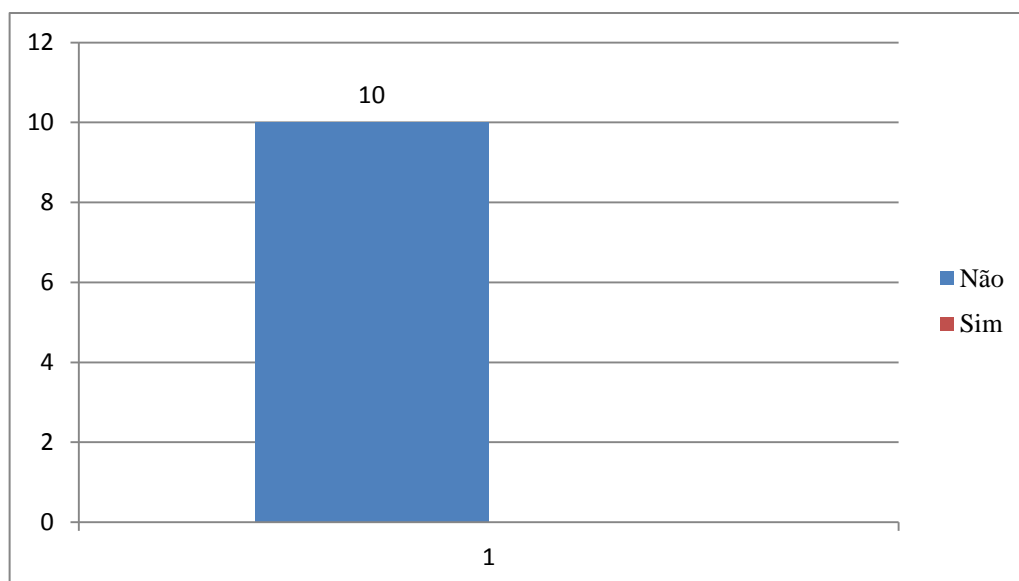


Gráfico 10 Respostas dos Docentes a quinta pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

8. AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DOS BIBLIOTECÁRIOS.

Serão avaliados 4 (quatro) questionários respondidos pelos Bibliotecários do Curso de graduação em Direito, sendo 2 (Dois) questionários de cada Instituição. O intuito é saber quais as fontes informacionais jurídicas primárias e secundárias são utilizadas para a realização do seu estudo/trabalho.

8. 1 Primeira pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.

Na primeira questão que se refere às fontes informacionais jurídicas primárias obtivemos o seguinte resultado:

- ✓ 2 (dois) legislação;
- ✓ 1 (um) periódicos científicos;
- ✓ 1 (um) relatórios Técnicos.

Demonstramos a seguir a representação gráfica das respostas dos Bibliotecários a primeira pergunta do questionário:

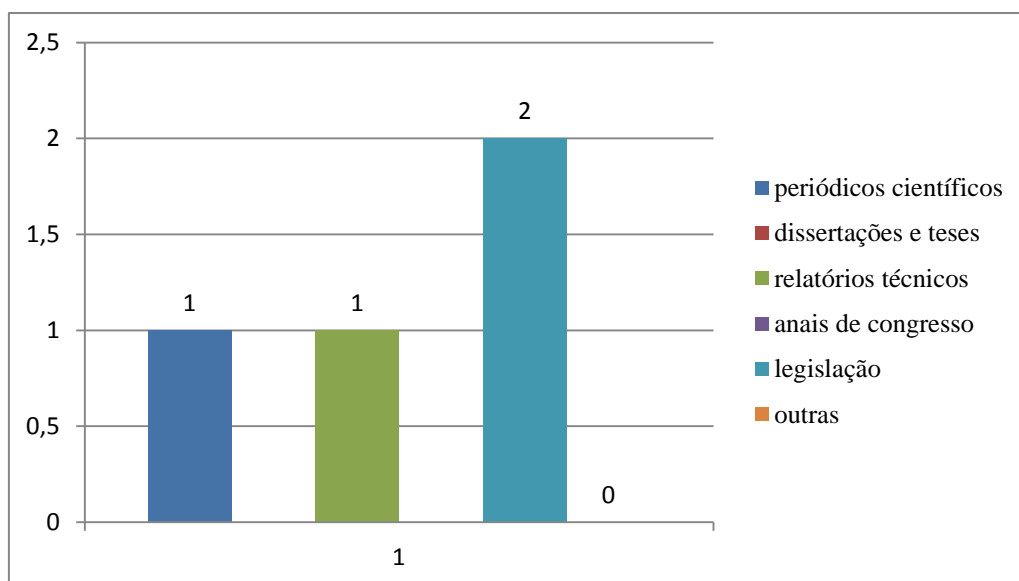


Gráfico11 Respostas dos Bibliotecários a primeira pergunta do questionário.
Fonte: Elaboração própria.

Para os Bibliotecários a fonte informacional jurídica mais utilizada é a legislação. Por legislação entende-se um conjunto de leis que regulariza determinada matéria ou ciência. Também pode ser um grupo de leis que organiza a vida de um país, ou seja, o que a ordem jurídica. A legislação estabelece as condutas e ações aceitáveis ou recusáveis do indivíduo, instituição ou empresa¹⁵.

8. 2 Segunda pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.

Na segunda pergunta sobre fontes informacionais jurídicas secundárias, o resultado foi o seguinte:

- ✓ 3 (três) utilizam mais os Livros
- ✓ 1 (um) utiliza Enciclopédia

A seguir a representação gráfica das respostas dos Bibliotecários a segunda pergunta do questionário:

¹⁵ Disponível em: <<http://queconceito.com.br/legislacao#ixzz3IUp5RypB>> .Acesso em: 10 nov. 2014

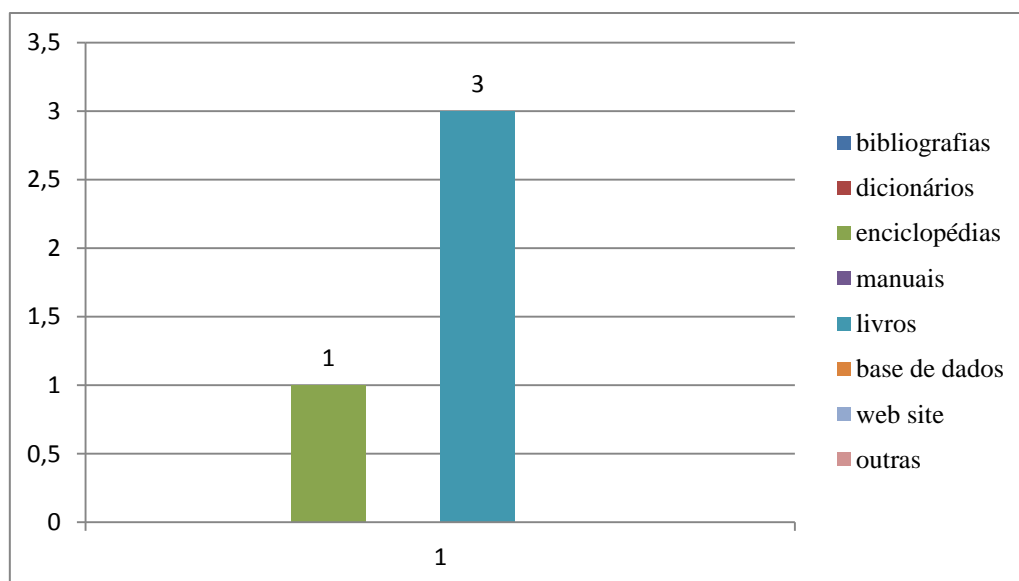


Gráfico 12 Respostas dos Bibliotecários a segunda pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Compreendemos que nessa questão para os Bibliotecários, assim como para os Docentes, os livros são as fontes informacionais jurídicas secundárias mais utilizadas. A definição de livro foi apresentada anteriormente no item 7.2.

8. 3 Terceira pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.

Na terceira pergunta observamos o seguinte resultado:

✓ 4 (quatro) *Vade Mecum*.

Abaixo a representação gráfica das respostas dos Bibliotecários a terceira pergunta do questionário:

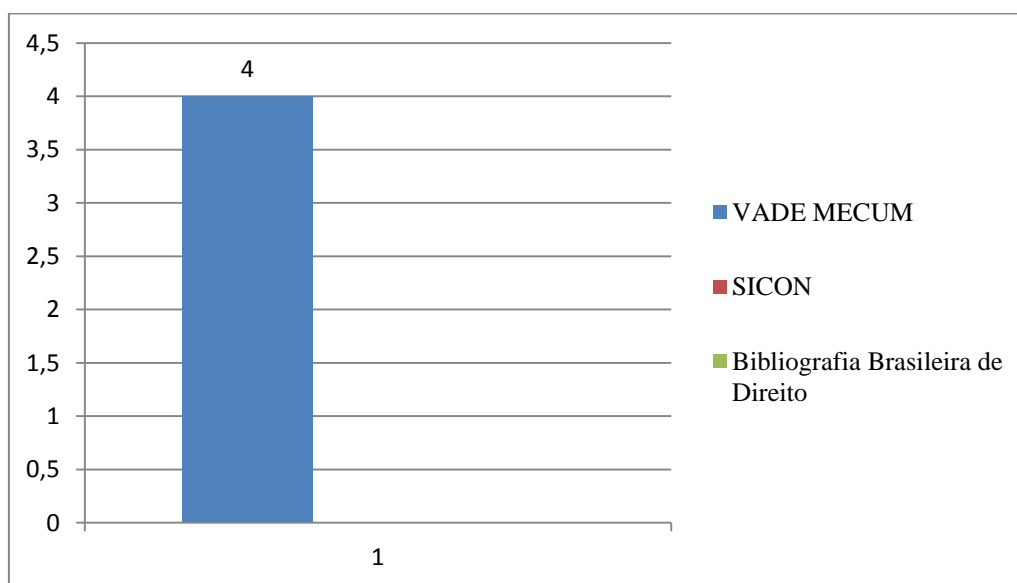


Gráfico 13 Respostas dos Bibliotecários a terceira pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria.

Nessa pergunta todos os Bibliotecários consideraram o *Vade Mecum* como a mais importante fonte jurídica dentre as possibilidades apresentadas, assim como para os Docentes. Ressaltamos, ainda, que a definição de *Vade Mecum* foi apresentada no item 7.3.

8. 4 Quarta pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.

Na quarta questão, que se refere à utilização de Bases de dados, o resultado foi o seguinte:

- ✓ 4 (quatro) utilizam Bases de Dados.
- ✓ As Bases citadas pelos Bibliotecários foram: Rede RVBI, Portal CAPES, Minerva e Caribi.

Segue a representação gráfica das respostas dos Bibliotecários a quarta pergunta do questionário:

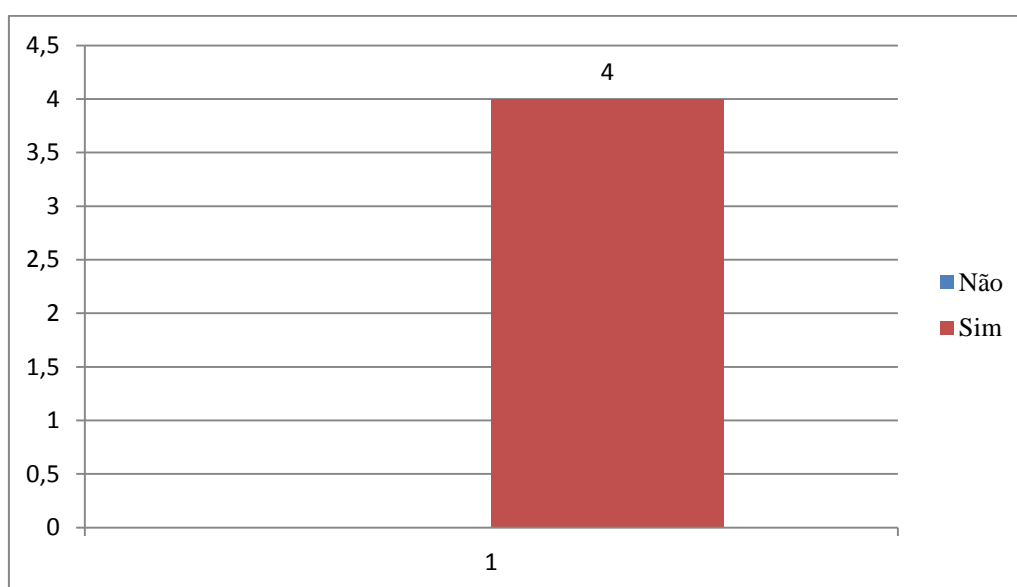


Gráfico 14 Respostas dos Bibliotecários a quarta pergunta do questionário.

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar todos os Bibliotecários utilizam alguma base de dados. A seguir discutiremos acerca da base de dados Rede RVBI. Contudo, não abordaremos o Portal CAPES, Minerva e Caribi, uma vez que estas bases de dados já foram explicadas anteriormente. Sendo assim, a Rede RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, que é coordenada pela Biblioteca do Senado Federal. Esta rede agrega recursos bibliográficos, matérias e humanos de doze bibliotecas da Administração

Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos poderes legislativo, Executivo e Judiciário. O objetivo da Rede RVBI é atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores¹⁶.

8. 5 Quinta pergunta do questionário respondido pelos Bibliotecários.

Na quinta e última pergunta, que se refere à satisfação das Fontes Informacionais disponíveis nas IFES. Todos os bibliotecários estão satisfeitos com as Fontes Informacionais oferecidas pelas Bibliotecas.

Finalmente, apresentamos a seguir a representação gráfica das respostas dos Bibliotecários a quinta pergunta do questionário:

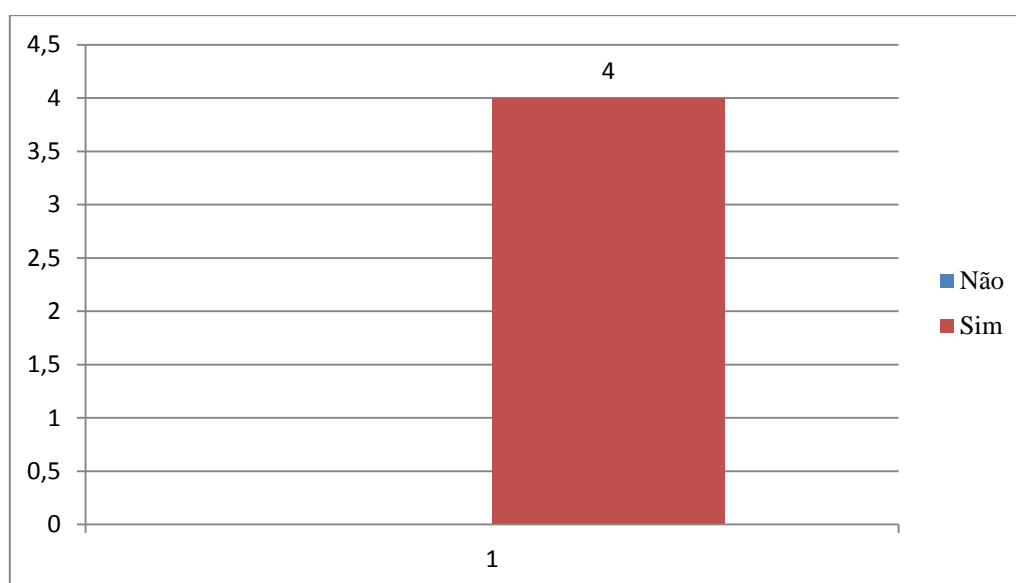


Gráfico 15 Respostas dos Bibliotecários a quinta pergunta do questionário.
Fonte: Elaboração própria.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/rvbi/rvbi.asp>>. Acesso: 7 de nov 2014.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliou-se 24 (vinte e quatro) questionários e 120 (centro e vinte) respostas dos grupos correspondente da pesquisa: Discentes, Docentes e Bibliotecários, separadamente por blocos.

A primeira pergunta que visava saber qual a fonte informacional jurídica primária utilizada pelos grupos correspondente obteve o seguinte resultado: de 10 (dez) Discentes 4 (quatro) responderam que a fonte informacional primária mais utilizadas por eles foram os Anais de Congresso, de 10(dez) Docentes 4 (quatro) utilizam os relatórios técnicos e também 4 (quatro) responderam que utilizam mais as dissertações e teses, já de 4 (quatro) Bibliotecários 2 (dois) responderam que a legislação é fonte mais utilizada.

Nota-se, nessa primeira questão, que as fontes informacionais primárias mais utilizadas pelos grupos correspondentes são distintas. Isso porque, os Discentes apontaram os Anais de Congresso pelos Discentes, os Docentes assinalaram os relatórios técnicos e as dissertações e teses e, finalmente, os Bibliotecários consideraram a legislação.

A segunda pergunta que tinha como finalidade saber a fonte secundária mais utilizada. De 10 (dez) Discentes 4 (quatro) responderam bases de dados mais utilizadas por eles; enquanto 4 (quatro) dos 10 (dez) Docentes utilizam mais os livros e dos Bibliotecários 3 (três) de 4 (quatro) também responderam que utilizam mais os livros como fonte de informação secundária jurídica.

Na análise da segunda pergunta, verifica-se que as fontes informacionais secundárias mais utilizadas pelos grupos correspondentes apresentaram algumas semelhanças. Tendo em vista que os Docentes e Bibliotecários apontaram os livros, porém os Discentes marcaram bases de dados.

A terceira pergunta que buscava saber dos grupos correspondentes qual fonte informacional era considerada a mais importante para seu trabalho/estudo obteve a seguintes respostas: dentre 10 (dez) Discentes 4 (quatro) consideram a Bibliografia Brasileira de Direito como a mais importante, enquanto de 10 (dez) Docentes, 4 (quatro) consideram o *Vade Mecum*, já os Bibliotecários todos consideram o *Vade Mecum* mais importante. A SICOM não obteve nenhuma resposta.

Nota-se, na terceira questão, que entre os grupos correspondentes as fontes informacionais mais relevantes também apresentam semelhanças. Desse modo, se a mais importante para os Discentes é a Bibliografia Brasileira de Direito, para os Docentes e Bibliotecários é o *Vade Mecum*.

A pergunta quatro tinha como finalidade saber se os grupos correspondentes utilizavam bases de dados e quais seriam essas. O resultado obtido foi o seguinte: de 10 (dez) Discentes 7 (sete) responderam que utilizam bases de dados e citaram, a Academia.edu, Scielo e a JusBrasil, já de 10 (dez) Docentes 9 (nove), utilizam bases de dados, Portal Capes, Minerva, Caribi e Rede Sirius e, por fim, todos os 4 (quatro) bibliotecários responderam que utilizam as bases de dados Rede RVBI, Portal Capes, Minerva e Caribe.

Observa-se, nessa quarta questão, que todos os grupos correspondentes utilizam alguma base de dados. Contudo, é importante salientar que as bases de dados citadas por Discentes, Docentes e Bibliotecários são diferentes, uma vez que estão mais diretamente relacionadas às atividades por estes desempenhadas nas IFES.

A quinta e última pergunta tinha como objetivo descobrir se os participantes da pesquisa estavam satisfeitos com as fontes informacionais oferecidas pelas IFES eram satisfatório para seu estudo/trabalho. Se a resposta fosse negativa qual seria o motivo de sua insatisfação. Tendo como resultado obtido, que entre os Discentes 5 (cinco) estão satisfeitos, porém 5 (cinco) não consideram satisfatória, pois estão desatualizadas. Os 10 (dez) Docentes não estão satisfeitos com as fontes informacionais oferecidas nas bibliotecas das IFES pesquisadas porque também as consideram desatualizadas. Já todos os Bibliotecários estão satisfeitos com as fontes informacionais que a biblioteca oferece.

Nessa quinta questão, observa-se que, no que tange a satisfação dos grupos correspondentes, o estudo mostra posicionamentos bastante distintos. Os Discentes apresentaram um mesmo número de respostas para satisfeitos e insatisfeitos. Todos os Docentes estão insatisfeitos, diferentemente dos Bibliotecários, que se mostraram satisfeitos com as fontes informacionais disponibilizadas pelas bibliotecas das IFES. De todo modo, a principal insatisfação apontada é a desatualização de tais fontes informacionais.

Nesse estudo preliminar, é possível notar que em uma mesma área do conhecimento, nesse caso especificamente a área jurídica, as fontes informacionais mais utilizadas variam conforme as necessidades decorrentes das atividades desempenhadas

pelos grupos correspondentes. Em outros termos, isso significa que os Discentes, Docentes e Bibliotecários possuem necessidades informacionais distintas em face do trabalho/estudo que desenvolvem na universidade. Por isso, as fontes informacionais primárias e secundárias mais utilizadas por tais grupos são diferentes, e até mesmo a satisfação com as fontes informacionais disponibilizadas pelas IFES são discrepantes. Com efeito, devido ao caráter preliminar do estudo apresentado observa-se a oportunidade de desenvolvimento de outros estudos sobre o mesmo tema, mas com outras abordagens.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. M. F. C. de; SANDOVAL, E. M. S. **Metodologia de ordenamento do acervo jurídico**. São Paulo: Polishop, 1991.

ACADEMIA.EDU. Disponível em: <<http://www.academia.edu/about>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BASE MINERVA. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.Php?sigla=BASE MINERVA](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.Php?sigla=BASE_MINERVA)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

CAMPELLO, B. C. Relatórios Técnicos. In: CAMPELLO, B. C.; CENDÓN, B. V. ; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-110.

CAPES. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unirio.br/bibliotecas-do-sistema/ccjp-1>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

COUTINHO, A. et al. Uma análise da utilização das fontes informacionais secundárias na graduação em Direito na UFRJ. In: JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLOGIA, ARTÍSTICA E CULTURAL, 35., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2001.

DIAS, E. W. Obras de referência. In: CAMPELLO, B. C.; CENDÓN, B. V. ; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 200. p. 199-216.

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/departam/cbd/linha/recurso2/bases.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FACULDADE NACIONAL DE DIREITO. Disponível em: <<http://www.direito.ufrj.br/index.php/historico>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R. ; SOUZA, C. M. de. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, B. C.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GONÇALVES, M. R.; SANTOS, V. S. A biblioteca jurídica como fonte de conhecimento decisório. **CRB-8**, São Paulo, v. 2, p.4-11, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MARCONI, M de A.; LAKASTOS, E. M. F. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, A. **Biblioteca Universitária no Brasil**: reflexões sobre a problemática. Brasília: CAPES/MEC, 1978.

MULLER, S. P. M. A ciência, o sistema da comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.) **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 21-34.

LEGISLAÇÃO. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/legislacao#ixzz3IUp5RypB>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

PASSOS, E. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set. / dez. 1994.

PASSOS, E.; BARROS, L V. **Fontes de Informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/rvbi/rvbi.asp>>. Acesso: 7 de nov 2014.

SÁ, N. O. de. Redes de informação. Rio de Janeiro, 2014. Aula da disciplina Recursos informacionais II.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SELTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Heder, 1965.

SICON. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>> Acesso em: 10 nov.2014.

SIRIUS. Disponível em:<http://virtua.sirius.uerj.br:8000/cgi-bin/gw_2012_2/chamele>. Acesso em: 10 nov. 2014.

TOMÁEL, M.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. **Fontes de informação na internet**. Londrina: EDUERL, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História da biblioteca de Direito**. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.ufrj.br/direito/>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>. Acesso em: 6 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **História biblioteca de Direito**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unirio.br/bibliotecas-do-sistema/ccjp-1>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **História**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/institucional/historia>>. Acesso em: 6 nov. 2014.



APÊNDICE

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis (FACC)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG)

USO DE FONTES INFORMACIONAIS NA ÁREA JURÍDICA EM **INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO PRELIMINA**

Discente () Docente () Bibliotecário(a) ()

1 - Qual o tipo de Fonte Informacional Jurídica que você mais utiliza? Das fontes informacionais jurídicas primárias relacionadas abaixo marque em ordem decrescente de uso (do mais utilizado para o menos utilizado para a realização do seu estudo/trabalho)?

- () periódicos científicos
- () dissertações e teses
- () relatórios técnicos
- () anais de congresso
- () legislação
- () outras.

2 - Qual o tipo de Fonte Informacional Jurídica que você mais utiliza? Das fontes informacionais jurídicas secundárias relacionadas abaixo marque em ordem decrescente de uso (do mais utilizado para o menos utilizado para a realização do seu estudo/trabalho)?

- () bibliografias
- () dicionários
- () enciclopédias
- () manuais
- () livros
- () base de dados
- () web site
- () outras.

3- Qual das Fontes Informacionais jurídicas mencionadas a seguir você considera mais importante para o seu estudo/trabalho?

- () *VADE MECUM*
- () SICON
- () Bibliografia Brasileira de Direito

4- Você utiliza alguma base de dados na área Jurídica? Qual?

Sim () . Qual _____ Não () .

5 - As Fontes Informacionais na área jurídica disponíveis na biblioteca da sua IFES são satisfatórias para o desenvolvimento do seu estudo/trabalho?

Sim () Não ()

Caso a resposta seja negativa, assinale em ordem decrescente as seguintes opções:

- () desatualizadas; () insuficientes; () localização difícil; () outros.